



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDICPLINARES

MARIA SOLANGE DA SILVA

A EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO HUMANA

SOUSA – PB

2014

MARIA SOLANGE DA SILVA

EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO HUMANA

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador: Valmir Pereira

SOUSA- PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586e Silva, Maria Solange da.
A educação e a formação humana [manuscrito] / Maria Solange da Silva. - 2014.
37 p. nao

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Prof. Dr. Valmir Pereira, Departamento de Filosofia e Ciências Sociais".

1. Educação escolar. 2. Formação cidadã. 3. Cidadania. I.
Título.

21. ed. CDD 371.12

MARIA SOLANGE DA SILVA

A EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO HUMANA.

Monografia apresentada para o Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em 26 / 04 / 2014

Valmir Pereira

Prof. Dr. Valmir Pereira – UEPB
Orientador

Janine Vicente Dias

Prof. Msc. Janine Vicente Dias- UEPB
Examinadora

Maria Fernandes de Andrade Praxedes

Prof^a. Msc. Maria Fernandes Praxedes - UEPB
Examinadora

SOUSA-PB

2014

DEDICATÓRIA

Dedico esta conquista a minha família que sempre me apoia.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, que sem sua força e sua proteção não teria conseguido nada. Em segundo lugar a toda a minha família que de alguma forma colaborou para minha formação.

Ao Governo do Estado da Paraíba, em particular, à Universidade Estadual da Paraíba e à Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, pela oportunidade, pelo apoio, incentivo e desenvolvimento deste curso, em especial aos Professores que ministraram e me ajudaram e, de certa forma também me orientaram ao meu orientador pela ajuda e orientação, muito obrigada.

Ninguém começa a ser educador/educadora numa certa terça-feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador/educadora ou marcado pra ser educador/educadora. A gente se faz educador/educadora. A gente se forma comoeducador/educadora, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática.
Paulo Freire

RESUMO

Quase sempre a educação de crianças e adolescentes foi vista como necessária à formação da cidadania. É percebido ao longo dos tempos que a educação escolar sempre está a serviço de um determinado tipo de cidadania. Neste sentido o objetivo é analisar como o professor de educação básica vem desenvolvendo sua função social diante da formação do cidadão no processo de cidadania, visto que as pessoas são preparadas na escola para o exercício da cidadania e o principal a gente que tem que proporcionar isso é o professor. Para desenvolver o presente trabalho foi realizado um levantamento bibliográfico e revisão teórica sobre os temas tratados. Este levantamento bibliográfico contou com pesquisa em artigos científicos, monografias, sites especializados, livros que tratam sobre o tema, entre outros, que serviram de embasamento para discussão, na construção de uma base teórica de caráter discursivo e reflexivo subsidiada teoricamente pelos estudos de CAVALCANTE, (2010), MARX, (2005), CANIELLES, *et al*, (2011). A formação cidadã implica na capacidade do cidadão atuar com responsabilidade diante das exigências que a sociedade impõe. Para que isso aconteça é necessário que a instituição escolar, as famílias sejam capazes de formar cidadãos com dignidade humana, sabendo orientar, mostrando o caminho certo, dando qualidade de vida para que possam retribuir de forma positiva diante das exigências que lhes são atribuídas.

PALAVRAS-CHAVE: educação, cidadania, formação, escola.

ABSTRACT

Most of the time the education of children and adolescents were seen as necessary to the formation of citizenship. It is noticed over time that school education is always at the service of a particular type of citizenship. In this sense, the objective is to analyze how the basic education teacher has been developing its social function before the formation of the citizen in the citizenship process, as people are prepared in school for citizenship and the main agent who have to provide it is the teacher. To develop this study it was made a literature research and theoretical review of the issues covered. This literature included research in scientific articles, monographs, specialized websites, books that deal with the subject, among others, which served as a basis for discussion, the construction of a theoretical base discursive and reflective character subsidized theoretically by CAVALCANTE studies, (2010), Marx (2005) CANIELLES, et al (2011). Citizen training implies the citizen's ability to act responsibly face of the demands that society imposes. For this to happen it is necessary that the school institution, families are able to form citizens with human dignity, knowing guide, showing the right way, giving quality of life so that they can retribute positively to the demands assigned to them.

KEYWORDS: Education, Citizenship, Education, School.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CIDADÃO	13
2.1 A função Social da Escola	14
2.2 Educação e Cidadania	18
3 SER HUMANO	21
3.1 Emancipação Humana	22
3.2 Educação e Humanização	27
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

Quase sempre a educação de crianças e adolescentes foi vista como necessária à formação da cidadania. É percebido ao longo dos tempos que a educação escolar sempre está a serviço de um determinado tipo de cidadania. As pessoas são preparadas na escola para o exercício da cidadania e o principal a gente que tem que proporcionar isso é o professor. Já de longa data os pesquisadores brasileiros procuram pensar uma educação que contribua para a mudança de uma sociedade, para construir novos cidadãos.

De acordo com a Constituição Federal (1988) de nosso país ser cidadão é: "a pessoa física, nacional (nata ou naturalizada), no pleno exercício dos direitos políticos." Então ser cidadão é concomitantemente constituir-se como sujeito a participar da sociedade. A cidadania no geral define a presença do Estado, na mente de alguns o conceito de cidadania ainda está ligado ao dever do nacionalismo, totalmente vinculado a contornos ideológicos.

A moderna concepção de cidadania liberal está na igualdade de todos os homens perante a lei. Será que ser cidadão é isso? Educar para a cidadania é um processo que faz as instituições de ensino saírem da rotina, que exige da escola uma atitude conseqüente e desmistificadora do que é política, do que é Governo, do que é ideologia e das suas tensões ambíguas ou distorcidas.

Tomando a alfabetização como elemento de formação da cidadania, após afirma que "cidadão significa indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado e que cidadania tem a ver com condição de cidadão, quer dizer com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão" faz com que perceba-se a grande argumentação que surge na alfabetização como um instrumento para a formação da cidadania, no entanto é necessário sempre ter em mente que a alfabetização seja assumida "como um ato político, jamais como um que fazer neutro". (FREIRE, 1993. p45).

Compreende-se que a educação deve estar sempre articulada com a cidadania. No entanto tal articulação se apoia sobre uma concepção distorcida do que seja cidadania. Já que os direitos a cidadania teriam sido outorgados pela classe dominante e não seria resultado de uma leitura de classe trabalhadora. (ARROYO, 1987).

A função docente é vista aqui não só como exercício profissional, mas também humano. Educação e trabalho estão como atividade produtora da vida. É próprio do ofício docente transmitir, ensinar e internalizar competências, formas de pensar, valorar e sentir que

acompanharão os educandos na vida ativa, social e produtiva. (SILVA, 2010) Diante disto questiona-se: A educação pode ou não contribuir com a formação do cidadão? Como cumprir essa função social de formar cidadãos?

A educação é o ponto de partida para a preparação do cidadão na participação do exercício da cidadania. E a escola é o ambiente privilegiado para que ocorra de fato esta preparação, apesar de observarmos que em algumas instituições deixa a desejar no que diz respeito à tolerância ao outro e isso gera um clima de desrespeito entre alunos contribuindo para agressividade, porém é a partir daí que aponta uma necessidade de uma intervenção objetivando mudanças.

Sabemos que a sociedade passou por grandes transformações, nas relações humanas e no mercado de trabalho e conseqüentemente uma mudança de valores, vivemos na grande busca de realização pessoal onde os meios de produção impõem uma busca constante de consumo.

A escola ainda continua sendo o ambiente propício para nos educarmos, pois a sua função social não é só de ensinar conteúdos, mas de preparar nos educandos a capacidade de compreenderem e atuarem no mundo em que vivem dando-lhes formação e informações para que possam atuar como cidadãos, organizando-se para defender os seus interesses e da coletividade.

Portanto faz-se necessário caracterizar os aspectos relacionados aos hábitos, atitudes e comportamentos dos alunos em seu dia a dia escolar de modo a identificar intervenções que possibilite uma melhoria na qualidade de vida dentro das escolas formando cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

A educação contribui para a nossa formação cidadã desde que a escola possa construir em seus educandos a base necessária para serem efetivamente cidadãos agentes e transformadores de sua própria realidade e do mundo em que vive. Que ao sair da escola eles estejam preparados para enfrentar outro mundo sabendo de forma crítica não se deixar levar por ideologias que a sociedade impõe.

Toda essa capacidade de atuar com responsabilidade diante das transformações que a sociedade impõe implica na sua formação cidadã.

Para que isso aconteça é necessária que a instituição escolar, as famílias sejam responsáveis e conscientize-os dos seus direitos e deveres, capazes de formar cidadãos com dignidade humana, sabendo orientar, mostrando o caminho certo, dando qualidade de vida para que possam retribuir de forma positiva diante das exigências que lhes são atribuídas.

Partindo do princípio que o professor exerce uma função social, e que tal função, está dentro de uma totalidade de mudança nas relações de trabalho imposta pelo capital, afirma-se que com uma prática social a função docente articula-se com a nova sociabilidade do capital mediante os papéis que ela cumpre no sentido de transformar ou de legitimar as políticas educacionais que se apresentam em função da nova ordem mundial.

É a partir disto que este trabalho teve como objetivo analisar o papel que a educação vem desenvolvendo sua função social diante da formação do cidadão no processo de cidadania.

Para desenvolver o presente trabalho foi realizado um levantamento bibliográfico e revisão teórica sobre os temas tratados. Este levantamento bibliográfico contou com pesquisa em artigos científicos, monografias, sites especializados, livros que tratam sobre o tema, entre outros, que sirvam de embasamento para discussão, na construção de uma base teórica. Portanto uma pesquisa exploratória. Levantamento e análise documental, que de acordo com Cellard (2008) corresponde aos resquícios do passado, é tudo o que serve de testemunho. Neste estudo, a análise documental enfocará os documentos públicos presentes em arquivos governamentais (Federal, Estadual e Municipal).

Como técnicas de investigação a pesquisa seguirá uma abordagem qualitativa que para Minayo (2011) é aquela que inclui como essência do conhecimento social, a compreensão da realidade, buscando reconstruir com ou a partir das pessoas, dos grupos ou das instituições estudadas, sua própria lógica interna.

Este trabalho está estruturado em quatro partes além desta introdução o primeiro capítulo intitulado: Cidadão, que vai tratar da função social da escola e a relação da educação com a cidadania. O segundo capítulo, intitulado: Ser Humano, que faz uma relação da educação com o ser humano em sociedade. Por fim as considerações finais e as referências de textos utilizados no processo de construção deste trabalho.

2 CIDADÃO

Na Grécia antiga, a noção de cidadania estava ligada à comunidade de cidadãos e ao corpo de leis que os regiam. Os cidadãos eram cerca de 10% da população da cidade e diferenciavam-se dos não cidadãos: as mulheres, os escravos, os metecos e os estrangeiros.

Em Roma, a qualidade de cidadão foi sendo outorgada a um crescente número de pessoas, mas, na realidade, era uma aristocracia política que dominava.

No final da Idade Média, no seio das cidades, das comunas, das corporações e das universidades, reanimaram-se os princípios de associação, de representação e das liberdades e franquias cívicas e pessoais. Porém, a noção de cidadania só ressurge vigorosamente com a Revolução Inglesa de 1688, a Revolução Americana (1774-76) e, sobretudo, com a Revolução Francesa (1789), desencadeando o conceito moderno de cidadania. A afirmação da vontade popular, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), a identificação da soberania popular com a universalidade dos cidadãos franceses, a formação do Estado nação, constituem os fundamentos do conceito moderno de cidadania.

Ser cidadão é construir-se como sujeito, assumir-se como pessoa. Admitir-se como indispensável, nessa construção, uma fundamentação cujas linhas sejam traçadas numa antropologia de amplas referências culturais, sociais e filosóficas. A cidadania normalmente define a presença do Estado, a moderna concepção de cidadania liberal assenta na igualdade de todos os homens perante a lei. O professor tem que estar atento aos seus conteúdos e suas práticas utilizados, pois forma cidadãos para viver em sociedade.

Por volta de 1980, foi que ocorreu uma maior articulação entre educação/cidadania/democracia. De lá pra cá falar em educação cidadã, em educação para cidadania, em escola cidadã, tornou-se mais ou menos lugar comum, dando por suposto que cidadania seria sinónimo de liberdade. O que significaria que, para as classes populares, lutar pela cidadania não seria lutar por uma forma determinada de liberdade nem se quer por uma mediação para efetiva liberdade.

É partilhada por todos, a convicção de que o exercício da cidadania é sustentado por um corpo de valores e de virtudes aceitáveis universalmente: a justiça, a verdade, a coragem e a liberdade, isto é, aquilo que antes se dizia ser a procura do Bem, constituindo assim o perfil para a formação do cidadão democrático: o respeito de si mesmo, do outro, do diferente; do bem

comum; o sentido da responsabilidade pessoal e coletiva, cujo fundamento se encontra bem expresso no código de direitos e deveres dos cidadãos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

2.1 A função Social da Escola

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/94 (LDB) entende que a finalidade da escola consiste no pleno desenvolvimento do educando, abrangendo os diversos processos formativos, processos esses que dizem respeito à vida familiar, no trabalho, nas instituições de ensino, nos variados movimentos sociais e nas manifestações culturais. Em relação à educação além de ser direito garantido, deve visar o pleno desenvolvimento do aluno, preparando-o para o exercício da cidadania.

A escola possui uma dimensão formadora que passa pela crítica social e a construção de posturas cidadãs e éticas. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) percebe-se a preocupação da função da escola na formação de cidadãos capazes de compreender, explicar e transforma o mundo.

Cavalcante (2010) ressalta que a construção de uma visão crítica pelo professor, o domínio das teorias educacionais, a articulação da realidade mundial e a construção de uma ação pedagógica referem-se pela mediação entre os conteúdos ministrados e os alunos, onde eles devem articular-se na compreensão dos saberes pedagógicos. A escola tem a função de contribuir com a formação do cidadão, justificando assim a presença da de certas disciplinas nos níveis fundamentais e médio em seu currículo como, por exemplo, a geografia a qual caberia o papel de possibilitar ao aluno perceber as estruturas e os processos de produção do espaço, reconhecendo sua responsabilidade de agir nesse espaço de forma consciente. Pois a partir de estudos e pesquisas produzidas nos últimos anos, é possível afirma em cima de um balanço desses estudos e nele encontrar orientações curriculares que convergem para uma proposta de ensino de geografia voltada para a formação de cidadão crítico e participativo.

A formação da cidadania tem o objetivo de salientar os modos como a escola e o ensino de geografia inserem-se na rede das relações sociais e como as relações sociais estão inseridas na escola. Nesse sentido deve-se pensar a escola como expressão de relações e formas de socialização semelhantes às que ocorrem na sociedade, em espaços como a rua, os equipamentos públicos de lazer. (CAVALCANTE, 2010. p. 19).

As escolas já oferecem aos alunos debates como: seminários e congressos com intuito de encontrar possibilidades de compreender e superar as dificuldades vivenciadas na escola, principalmente os jovens do ensino médio. Entre os atuais desafios enfrentados por professores, gestores pedagógicos e administrativos, pesquisadores de políticas públicas estão o alto índice de abandono escolar e de repetência o que repercute na garantia do direito ao conhecimento, a cultura e a formação integral do jovem cidadão.

Considerando que, para o materialismo histórico e dialético, o processo de aprendizado compreende, mesmo que dentro de certos limites, o processo de apropriação crítica do conhecimento historicamente elaborado e de objetivação humana, favorecendo a construção de sujeitos críticos, a presente tese baseia-se no seguinte argumento: o acirramento das contradições nas sociedades capitalistas e a queda do socialismo do leste europeu têm favorecido o discurso da morte de quaisquer projetos de sociedade e de educação que se contraponham aos atuais projetos em vigência, e da própria ideologia, ou seja, da utopia de construção de uma nova sociedade. (BATISTA, 2008)

Esse discurso mascara que a prática pedagógica, enquanto mais uma relação social, se insere e se concretiza a partir do projeto que uma determinada sociedade tem para com a educação, o que determina a concepção do trabalhador em educação³ sobre a sua função social e, conseqüentemente, sobre o seu papel no processo de aprendizado.

A escola cidadã é certamente um projeto de construção histórica, mas também pode ser considerada como horizonte, e como crença. Uma escola cidadã é, pois uma escola autônoma, democrática, participativa, integrada à comunidade, disciplinada que cultiva a criatividade e a curiosidade, que respeita a diversidade. A escola que está perdendo a autonomia está perdendo a sua capacidade de educar para liberdade, assim podemos perceber que a luta pela cidadania é uma luta pela liberdade, está entendida como um processo, como um horizonte e não como uma meta final.

A função do sistema educacional segundo Santomé (1995, p.15) é a de contribuir para que os jovens possam reconstruir formas de serem cidadãos participativos, críticos e solitários. O relacionamento no meio social no momento de dialogo entre equipe pedagógica proporciona refletirem coletivamente sobre a diversidade e diferenças e os processos sociais de produção para

que possam se sensibilizar e entender o processo histórico de formação da cidadania a fim de enfrentar os desafios e contribuir para a melhorias do convívio em sociedade.

Partindo do princípio que o professor exerce uma função social, e que esta função está dentro de uma totalidade de mudança nas relações de trabalho imposta pelo capital, podemos afirmar que com uma prática social a função docente articula-se com a nova sociabilidade do capital mediante os papéis que ela cumpre no sentido de transformar ou de legitimar as políticas educacionais que se apresentam em função da nova ordem mundial.

O professor é um profissional do ensino capaz de atuar como agente de transformação da realidade. É o profissional dotado da capacidade entre tantas outras, de atuar no processo constitutivo da cidadania do aluno, mas nem sempre se pensou nesse profissional desta forma.

Para desvincular a escola dos interesses do mercado, conforme ressalta Marx (1975), faz-se necessário que o Estado não seja o gestor da escola, mas somente seu financiador, de maneira que a educação torne-se livre do controle ideológico dos grupos dominantes. O professor não controla o processo de definição e seleção dos saberes através das categorias programas matérias e disciplina que a instituição escolar gera como modelo.

A função do professor, a função docente é o todo estruturado, orgânico em permanente transformação, pode-se dizer que a função docente é o todo num determinado momento, e por isso é concreta, um fato histórico, não uma abstração, da mesma forma que a nova sociabilidade capitalista é concreta, real e dialética.

Podemos afirmar que é incentivando os educandos a buscar novos conhecimentos como forma de desenvolver a sua capacidade de interpretar o real. Os professores como militantes sociais implica o exercício da profissão com tranquilidade, satisfação e motivação, em consequência de um bom salário, o que não vemos no real.

A escola é aqui entendida como um instrumento de formação ampla, de luta pelos direitos da cidadania e da emancipação social, preparando as pessoas e a sociedade para a responsabilidade de construir coletivamente um projeto de inclusão e de qualidade social.

Muitas vezes a ação do professor não é a concretização da teoria, não é uma representação consciente do que é pertinente fazer em diferentes momentos, até por que o professor não é provido de receitas na memória que detém o que ele deve fazer no momento desejado. É de suma importância oferecer situações de aprendizagem que de fato dialoguem com

as experiências concretas do aluno como espaço vivido, principalmente para os professores. (CALVACANTE, 2010).

É, por isso, importante o modo como a escola se organiza, como funciona, como garante a comunicação e como facilita a formação cívica do aluno: formação do caráter, formação para os valores, formação para a autonomia e a participação ativa na sociedade.

É, assim, necessário que os regulamentos e as leis pelas quais a Escola se orienta tenha em conta esta importância como fator decisivo na construção do cidadão adulto, favorecendo as relações interpessoais entre professores-alunos e os restantes elementos da comunidade escolar.

Os órgãos de gestão e orientação escolares devem estar muito atentos aos fatores de desequilíbrio do normal funcionamento da vida interna da Escola, o qual deve ser exercício e treino para a vida social futura.

É, assim, importante que os agentes educativos procurem eliminar os fatores negativos prejudiciais ao franco progresso de uma cidadania equilibrada e corretamente exercida: discriminação da diferença, a humilhação, a ironia, a monopolização da palavra,... e encontrem fatores que promovam o respeito por si mesmo, pelos outros, pelo bem comum, a afetividade, manifestada no exercício de escuta e libertação da palavra do aluno, capacidade de escutar os outros, de falar de si mesmo. A disponibilidade para escutar o aluno é importante para ajudar a construir a sua identidade nos domínios afetivo, cognitivo e social. Esta tarefa pretende ser comum a todos as disciplinas e com o recurso de todos os professores.

Uma exigência séria para que a Escola possa ser veículo de educação para a cidadania é que ela se assuma como instituição de formação e de educação pelo reconhecimento de valores e das regras que os promovam e defendam. Assumir que a escola está integrada no meio e que é fator de socialização é indispensável. Porém, ela está ao serviço da formação e educação de pessoas que são chamadas a renovar e a transformar o meio e o ambiente em que vivem, procurando sempre transmitir-lhe qualidade, dignidade e futuro.

A função social da educação dá-se através da vontade de “êxito” e de aprovação, nas relações com o outro, fazendo com que o indivíduo adote “gradativamente certo modo de proceder, certas disposições mentais para a ação”. Entretanto, salienta que, como boa parte dessa educação ainda pertence à educação não formal, o que o ensino pode fazer é, “no máximo, libertar as aptidões assim formadas para um mais amplo desenvolvimento, purgá-las de algumas

de suas rudezas e fornecer objetos que tornem sua atividade mais rica de significação”. (DEWEY, 1970).

Dewey (1979) atribui à escola três funções especiais, visando à transformação da qualidade da experiência: “proporcionar um ambiente simplificado”, de modo a conduzir a criança progressivamente dos elementos adquiridos inicialmente às “coisas mais complexas”; criar um “ambiente purificado para a ação”, eliminando a “galharia seca do passado” e transmitindo as realizações “que importam para uma sociedade futura mais perfeita”; e “dar a cada indivíduo oportunidade para fugir às limitações do grupo social em que nasceu e entrar em contato vital com um ambiente mais amplo”, de forma que o indivíduo compreenda que ele não pertence apenas a um grupo, a uma sociedade, mas que “a sociedade moderna se compõe de muitas sociedades mais ou menos frouxamente entrosadas entre si”.

Quanto à educação como direção social, essa direção não ocorre apenas do exterior; os estímulos que vêm do ambiente provocam respostas que “procedem das tendências já possuídas pelo indivíduo”. Portanto, toda tentativa para dirigir é “inútil”, se não se conhecem “as energias que já se acham a operar”; se não se conhece o ambiente social em que o “imaturo convive”. Esse ambiente é o “intermediário” da influência mútua entre os seres humanos e “o meio mais constante e duradouro de dirigir a atividade dos mais novos”, ajudando, através de um *ato mental*, a dar significação às coisas presentes no mundo, que o autor denomina educação. (DEWEY, 1970).

2.2 Educação e Cidadania

A educação para a cidadania surge no contexto da gestão flexível do currículo como componente obrigatória do mesmo e como um espaço de diálogo e reflexão sobre as experiências vividas, as preocupações sentidas e os temas e problemas relevantes da comunidade e da sociedade.

Assim isto constitui uma garantia da democracia e só se exerce em contextos experienciais democráticos. Têm, por isso, graves responsabilidades os sistemas educativos, os quais devem desenvolver nas novas gerações os saberes e as práticas de uma cidadania ativa.

Na mente de alguns o conceito de cidadania anda ligado ao dever do nacionalismo, com vinculados contornos ideológicos. É, claramente, uma ideia controversa. Um risco que pode e deve

ser assumido e que evita que a escola transmita valores coincidentes com a necessidade de preservar e prolongar tudo como está, como se fosse uma identidade inalterável; que rejeite que a educação para a cidadania faz parte de uma cultura axiológica institucionalizada; que se promova a criação de espaços para o desenvolvimento de competências e capacidades capazes de poder gerar diferentes perspectivas que fujam ao que se considera a cidadania por excelência.

Tenhamos em mente que a escola contribui para a formação da cidadania através da prática da construção e reconstrução de conhecimentos, habilidades valores que ampliam a capacidade da criança e jovem compreenderem o mundo em que vive e atuam numa escola organizada como um espaço aberto e vivo de culturas tendo consciência que “educar para cidadania é um processo contrario à rotina, que exige da escola uma atitude consequente e desmistificadora do que é política, do que é governo, dos tabus ideológicos e das suas intenções ambíguas ou distorcidas”. (CAVALCANTE, 2005. p. 15).

A escola é muito importante nesse processo, é nela que se envolvem crianças e jovens, pais e filhos, educadores e educandos, bem como as relações que se dão na sociedade, é nesse contexto que ocorre a socialização, a promoção da cidadania, o desenvolvimento pessoal, quanto à formação de atitudes e opiniões. (MARRIEL, 2006).

Para Arroyo (1987, p. 10) a educação deve estar articulada com a cidadania, mas mesmo quando se ressalta a relação existente entre os direitos dos cidadãos e os deveres do Estado a cidadania aparece como um atendimento do Estados as demandas populares. Essa forma de encarar a questão teria como resultado o falseamento da compreensão do processo real, pois atribuiria o papel ativo apenas ao Estado, enquanto a participação popular ou seria ocultada ou seria vista apenas como um entrave. O que é preciso destacar segundo o autor é que a construção da cidadania o mais importante não é o atendimento das demandas que sempre podem ser incorporadas pela lógica capitalista, mas sim as formas sociais, organizativas, os processos políticos em que se inserem inúmeras mulheres, homens, jovens, associações, jornais e profissionais da educação.

No âmbito da educação ambiental, igualmente a preocupação com a formação do cidadão, pois ela sendo vista como uma educação política está comprometida com a ampliação da cidadania, da liberdade, da autonomia e dos direitos dos cidadãos na busca de solução e alternativa que permitem a convivência digna e voltada para o bem comum. (REIGOTA, 2009).

A escola para ser cidadã precisa ser autônoma, democrática, participativa, integrada à comunidade, disciplinada que cultiva a criatividade e a curiosidade, que respeita a diversidade. Já que se entende que a escola que está perdendo a sua autonomia está perdendo a sua capacidade de educar para liberdade. (TONET, 2010)

Arroyo (1987) afirma que o equívoco fundamental da reflexão sobre a cidadania está em que esta é vista mais como uma concessão do que como uma conquista. O que é necessário ressaltar segundo o autor é que a na construção da cidadania, o mais importante não é o atendimento das demandas, que sempre podem ser incorporadas pela lógica capitalista, mas sim as formas sociais, organizativas, os processos políticos em que se inserem inúmeras mulheres, homens, jovens, associações, jornais e profissionais da educação.

Só uma visão crítica do processo capitalista e de suas formas sofisticadas de exploração e embrutecimento nos permitirá equacionar devidamente os limites reais impostos por esse progresso à participação e à cidadania e nos mostrará a utopia pedagógica. (ARROYO, 1987 p.69)

O que Arroyo (1987) deixa claro é que o que é questionado não é a cidadania em si, mas apenas as formas equivocadas de compreendê-la. Esta desde que vista como resultado de luta social perderia o seu caráter mistificados, para assumir um caráter efetivamente libertador para as classes populares. O autor não diz explicitamente que a cidadania constitui o patamar mais elevado da sociedade humana, porém permite inferir que, separada dos entraves proposto pela sociedade mercantil, a cidadania poderá florescer plenamente transformando todos os homens em cidadãos plenos, o que equivale a dizer, em homens plenamente livres.

Para Libâneo (1998) o objetivo deve ser elaborar uma pedagogia crítico social, ou seja, uma pedagogia que contribua para a construção de uma sociedade para além do capitalismo. Porém após caracterizar a situação escolar diante da difícil e complexa realidade do mundo afirma que um dos objetivos para a educação básica de qualidade é a formação para a cidadania crítica, ou seja, um cidadão trabalhador capaz de interferir criticamente na realidade para transformá-la e não apenas para integrar o mercado de trabalho.

Para Dewey (1970) a causa do “caos e conflito social continuamente crescente” deve-se à inversão meio e fim, e explica: a ação criadora tem como força necessidades, carências e desejos, entretanto, quando essas carências se concentram na “obtenção dos meios de subsistência”, o

meio passa a ser o fim, ou seja, as carências não levam à ação criadora, mas à própria sobrevivência. A resolução dessa inversão, segundo o autor, só será possível com a “reconstrução social organizada” que proporcione abundância aos indivíduos.

Dewey (1970), apesar de denunciar a concentração de muito nas mãos de poucos (acumulação capitalista), não admite relação entre a filosofia do liberalismo primitivo e a manutenção do *status quo*. Entretanto, considerando os efeitos dessa acumulação para o livre desenvolvimento dos indivíduos e a construção de uma nova organização social, o autor defende uma análise crítica dos costumes e das instituições.

Terá ficado expresso que a educação para a cidadania e o perfil do cidadão que se traça são sempre motivo para um debate que nunca perde a atualidade nos itinerários pedagógicos. Nunca pode ser, também por isso mesmo, considerado algo de definitivamente finalizado.

Deve-se ressaltar que formar para cidadania não é formar para emancipação humana em sua plenitude. Mas como a emancipação humana plena só pode se realizar para além do capital, então hoje a educação se implica com o compromisso e com a luta pela formação de uma outra sociedade. (TONET, 2010).

3 SER HUMANO

Aristóteles define o homem como ser racional. Contudo o que o define é a racionalidade por que a animalidade é comum com os animais. A formação humana é sempre histórica e socialmente datada, por isso não é possível definir o que ela seja como um ideal a ser perseguido. (TONET, 2010).

O primeiro pressuposto de toda a história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal destes indivíduos e, por meio disto, sua relação dada com o resto da natureza [...] Toda historiografia deve partir destes fundamentos naturais e de sua modificação no curso da história pela ação dos homens (MARX & ENGELS, p.29. 1999).

Assim, o trabalho humano, por ser uma ação consciente, liberta o homem do domínio da natureza, passando este a dominá-la, o que faz dele um ser livre e universal, na medida em que transforma a natureza, adaptando-a de acordo com sua consciência e vontade. Para Marx & Engels (1999), o homem começa a diferenciar-se das demais espécies animais quando começa a

produzir instrumentos para a satisfação de suas necessidades. O ato de apropriação, pelo homem, dos objetos contidos na natureza, bem como sua transformação em instrumentos para a satisfação de suas necessidades vitais, constitui-se no início da História humana. A produção material da existência, segundo os autores de *A Ideologia Alemã*, é, portanto, a condição fundamental de toda a história da humanidade.

A escola deve formar um cidadão ou ser humano crítico que possa pensar e analisar as situações da sociedade? O mundo hoje analisa uma diversidade humana e cultural que diferencia as pessoas de acordo com seus valores adquiridos por meio do poder aquisitivo, onde as oportunidades são oferecidas aos mais fortes mantendo a submissão dos fracos no meio social. Devemos entender que o que deve ser buscado não é apenas a formação de uma cidadania, pois como ressalta Marx a uma distância infinita entre o homem e o cidadão assim como entre a vida humana e a vida política.

Costuma-se afirmar que a educação deve formar o homem integral, indivíduos capazes de pensar com lógica, a ter autonomia moral; pessoas que se tornem cidadãos capazes de contribuir para as transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas, que garantam a paz, o progresso, uma vida saudável e a preservação do planeta. Portanto pessoas criativas, participativas e críticas. (TONET, 2010)

É importante ressaltar que a formação integral do ser humano é uma impossibilidade absoluta nessa forma de sociabilidade regida pelo capital. Uma formação totalmente integral supõe a humanidade constituída, sob a forma de uma autêntica comunidade humana, que pressupõe necessariamente a suspensão do capital.

O ser humano deve ser livre para tomar suas decisões, deve ser emancipado, essa emancipação humana não é algo inevitável, é somente uma possibilidade, se acontecerá efetivamente ou não, depende da luta dos próprios homens. Porém ao contrário do impossível como uma cidadania mundial, ela é uma possibilidade real cuja bases se encontram na materialidade do próprio ser social.

3.1 Emancipação Humana

No caso específico da revolução burguesa a emancipação implica uma dupla redução do indivíduo. De um lado cada um é membro da sociedade civil burguesa onde as relações sociais se

dão entre indivíduos independentes e egoístas em busca da realização dos seus interesses particulares ao contrário da época feudal na qual as relações davam-se entre indivíduos enquanto membros das suas respectivas classes, baseando-se em privilégios, e de outro lado cada um é, enquanto pessoa moral, cidadão do Estado. No primeiro caso a vida individual encontra-se submetida às estruturas sociais involuntárias, não refletidas, que dizem respeito à produção material, isto é, submetida às relações econômicas, que, como tais não são livremente instituídas, como o direito.

Todo o problema consiste em saber quais são os limites do reino do direito ou da liberdade em confronto com as estruturas concretas da sociedade civil; em saber até onde o homem pode estender a autonomia jurídica conquistada pelo Estado.

Trata-se de saber qual é o verdadeiro estatuto da separação entre religião e Estado, das liberdades burguesas, a saber, a liberdade de imprensa, extinção dos privilégios políticos das classes, sufrágio universal, direitos universais do homem etc., diante da emancipação da essência humana que supostamente a libertaria dos entraves históricos que impediam sua plena realização no antigo regime. (CANIELLES, *et al*, 2011)

É o que Marx (2005) denomina crítica da emancipação política que lhe permite logo no início de *A Questão judaica* atribuir a Bruno Bauer o erro de não investigar a relação entre a emancipação política e a emancipação humana. A emancipação política, isto é, a emancipação do Estado burguês, não é o modo radical e isento de contradições da emancipação humana. Anulando a significação política das diferenças sociais, estendendo seus direitos a todos os cidadãos, o Estado burguês mostra-se incapaz de suprimir as premissas materiais da desigualdade: a propriedade privada e toda cultura humana dela derivada como o egoísmo, a concorrência, a pobreza entre outros. A igualdade política e a ideia de comunidade aí subtendida não se refletem na estrutura efetiva da sociedade fundamentada sobre a desigualdade entre proprietários e não proprietários. Nesse sentido o Estado político acabado, quer dizer, o Estado plenamente emancipado, é, por sua própria essência, a vida genérica do homem, porém oposta à vida real da sociedade civil burguesa na qual cada indivíduo atua como particular, considerando a outros homens como meio, degradando-se a si próprio como meio e convertendo-se em joguete de poderes estranhos.

Emancipação humana é a recondução do mundo humano, das relações, ao próprio homem. A emancipação política é a redução do homem, de um lado, a membro da sociedade

burguesa, a indivíduo egoísta independente e, de outro, a cidadão do Estado, a pessoa moral. Somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte como homem individual, em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais; somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas forças próprias como forças sociais e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana.

Marx defende a ideia de que a essência humana é universal. Porém, se para Hegel a realização dessa essência reside, não só na estrutura política do Estado como tal, mas na sua emancipação, em sua autonomia e precedência em relação à sociedade civil, para Marx ela reside na sociedade como tal. Não é na relação dos indivíduos com o Estado, mas na relação e na interdependência dos indivíduos entre si, na vida social cotidiana e efetiva, que deve ser encontrada a verdadeira realização da essência genérica do homem. (MARX, 2005)

A emancipação humana é frequentemente discutida na área educacional, principalmente por pesquisadores em filosofia da educação, educação transformadora, movimentos sociais, educação popular, trabalho e educação, entre outros. No entanto, trata-se de um conceito complexo, que exige cuidados no seu emprego; ainda é perceptível grande confusão teórica, principalmente pela não diferenciação entre emancipação humana e emancipação política. Partindo dessa constatação, buscamos apresentar e discutir a emancipação humana no constructo teórico marxiano, visando contribuir com as discussões em que este conceito é empregado. Nosso argumento parte da apresentação do conceito na obra *A Questão Judaica*, avança para seu alargamento em outros textos marxianos do mesmo período e, como conclusão, aponta certas diretrizes a considerar sobre o tema. (CANIELLES, *et al*, 2011).

A forma mais rígida da antítese entre o judeu e o cristão é a antítese religiosa. Como se resolve uma antítese? Tornando-a impossível. E como se torna impossível uma antítese religiosa? Abolindo a religião. Tão logo o judeu e o cristão reconheçam que suas respectivas religiões nada mais são que fases diferentes o desenvolvimento do espírito humano, diferentes peles de serpente com que cambiou a história, sendo o homem a serpente que muda de pele em cada uma destas fases, já não se enfrentarão mais num plano religioso, mas somente no plano crítico, científico, num plano humano. A ciência será, então, sua unidade. E, no plano científico, a própria ciência se encarrega de resolver as antíteses (MARX, 2005, p. 15).

É preciso entender que “o emancipar-nos” evidenciado por Marx refere-se à problemática de que a Alemanha carecia da emancipação, já que estava submetida a um Estado puramente

religioso, em que as leis eram as leis religiosas e havia privilégios apenas aos membros da religião oficial. Na primeira metade do século XIX, a Alemanha vivia sob um Estado teológico, sendo o Cristianismo sua religião oficial. Outros países, como França e Estados Unidos, já haviam superado essa situação e instaurado um Estado Político. Com esse argumento, Marx rebate as ideias do jovem hegeliano, afirmando que sua crítica é meramente teológica, ou seja, se restringe ao campo religioso e ao Estado Cristão. Marx ressalta que, sob o ponto de vista de Bauer.

Em virtude disto, Marx (2005) apresenta determinada discussão sobre direitos do homem, direitos do cidadão e relaciona estes direitos com o Estado e a emancipação política. Inicialmente, ressaltamos que na visão marxiana os direitos humanos são os direitos do homem egoísta, membro da sociedade burguesa, e visam garantir os interesses particulares. Os direitos do homem são baseados em quatro princípios: liberdade, igualdade, segurança e propriedade privada.

Marx (2005) ainda reforça a ideia de que os direitos do homem manifestam o caráter egoísta e individual da sociedade burguesa e nenhum dos direitos acima citados ultrapassa os interesses particulares e a dissociação da comunidade.

Longe de conceber o homem como um ser genérico, estes direitos, pelo contrário fazem da própria vida genérica, da sociedade um marco exterior aos indivíduos, uma limitação de sua independência primitiva. O único nexos que os mantém em coesão é a necessidade natural, a necessidade e o interesse particular, conservação de suas propriedades individualidades egoístas (MARX, 2005, p.37).

A emancipação humana está no horizonte de toda a produção de Marx, é o princípio pelo qual haveria a possibilidade de rompimento e superação do modelo social do capital e a possibilidade de instauração de um novo modelo social em que acabaria com a dualidade do homem na sociedade. Ou seja, a emancipação humana só é possível quando o homem individual for superado e, coletivamente, determinar-se como ser genérico. Para isso, é necessário uma nova consciência política e social, e isto, exigiria uma formação integral do Homem e de suas potencialidades - através da Educação e do Trabalho. Nesse sentido a filosofia seria o principal fundamento para esse processo revolucionário despertando no Homem a consciência do seu papel na sociedade burguesa e instaurando um sentimento de busca pela mudança social. (PINHO, 2011).

Lukács (1979) também coloca a possibilidade da emancipação humana como possibilidade aberta no curso do desenvolvimento histórico. E Mészáros (2005) tem inclusive consciência de que essa emancipação implica e pressupõe a superação da política, assim como a superação do capital.

A educação, embora por si só não tenha a capacidade de emancipar o mundo, é uma forma de *práxis* social e, portanto, de *práxis* ideológica através da qual se pode apreender e difundir a teoria da revolução comunista. De acordo com a nossa perspectiva, a educação deveria ser orientada nesta direção, ou seja, de resgate da teoria revolucionária através da qual a humanidade possa alcançar o comunismo. A educação pode e deve contribuir para o “resgate do marxismo autêntico” e para a redescoberta de Marx no século XXI.

A educação enquanto instrumento de emancipação humana universal, visa tornar a liberdade humana genuína, isto é, na vida real e a partir da qual podem se desenvolver homens unilaterais, e não mais homens unilateralizados pela divisão capitalista do trabalho.

Sem superação da sociedade do capital, nunca poderão haver mudanças substanciais na esfera educacional da sociedade. Mas, a crítica ontológica desta esfera na sociedade do capital pode estabelecer um elo entre o presente e o futuro. Ou seja: uma revolução cultural radical deve ser empreendida na sociedade do capital com a finalidade de superá-la através dos caminhos revolucionários apontados por Marx, Lukács e Mészáros.

A formação humana integral – acesso a bens materiais e espirituais, não apenas somente um ou outro – implica em emancipação humana; uma sociedade em que todos tenham igualdade de acesso, requer a eliminação da exploração e da dominação. Uma forma de trabalho que está conceituada por Marx como “Trabalho Associado” ou “Associação Livre dos Produtores Livres”. Todos trabalham conforme as suas possibilidades para suprir as suas necessidades. O trabalho voltado para o atendimento das necessidades humanas e não mais para reprodução do capital é a chave para a possibilidade de formação humana integral. (TONET, 2008)

Nesse sentido, a educação vem sendo colocada por profissionais e pensadores da área como um ideal a ser perseguido: a educação que forma o homem integralmente, ou seja, indivíduos criativos, participativos e críticos. De um lado, como a educação deve ser (normativa) e de outro, a realidade objetiva, que empurra a educação para outros caminhos opostos ao discurso geral. As teorias pedagógicas no geral, não creem que esse ideal possa ser alcançado na sua plenitude, e sim, que pode simplesmente haver melhorias, aproximações. Essa forma idealista

de pensar a educação – que parte do céu para a terra – precisa ser substituída por outra que analise a educação tal qual ela é e se proponha a altera-las. (TONET, 2008).

3.2 Educação e Humanização

Desde a antiguidade que a formação humana vem sendo pensada. Como formar um ser humano pleno? Mas o que vem sendo deixado de lado nesse processo de formação do humano é a problemática do trabalho, da transformação da natureza e da manipulação da matéria para produção de riqueza. Isto ocorria por que até o aparecimento do capitalismo as tarefas eram responsabilidades de seres considerados inferiores. Daí como entre os gregos e romanos a formação era dirigida para quem não se precisa trabalhar e podia se dedicar totalmente a formação. Quando o capitalismo apareceu houve uma profunda mudança na formação humana. Houve até uma inversão entre trabalho e formação cultural, o trabalho passou a ser atividade principal do ser humano, claramente a formação cultural também era feita principalmente antes da revolução burguesa. Mas ia cada vez mais perpassando pela lógica de acumulação de riqueza. (TONET, 2010)

A mudança do colonialismo ao capitalismo e o início da industrialização na década de 1920, a mudança na orientação econômica, vinculados ao modelo capitalista na década de 1930, e os desafios econômicos postos à educação brasileira não foram suficientes para produzir, no nível educacional, as condições necessárias a que os ideais democráticos, propostos em Dewey fossem praticados. (DEWEY, 1970).

Vale salientar que, mesmo os indivíduos não atingindo o bom senso, eles participam da história. Entretanto, é somente através da formação de uma concepção do mundo, crítica e consciente, que esse sujeito compreende a sua posição no grupo social e se compreende enquanto protagonista na produção da história. A formação dessa concepção estaria basicamente ligada ao trabalho, à vida e à ciência. Daí o papel fundamental que a educação (em sentido amplo e incluindo a escola) desempenha nessa formação.

Vale lembrar que, ao longo da história humana, a atividade educativa desenvolveu-se assumindo formas e conteúdos diversos, os quais são apropriados e objetivados em conformidade com as condições materiais de produção e reprodução da vida. No capitalismo, a forma mais desenvolvida da atividade educativa é a educação escolar.

A partir da década de 1990, organismos internacionais como o Banco Mundial, BIRD, FMI, OMC e regionais como a UNESCO, UNICEF, CEPAL, passaram a divulgar por meio de conferências internacionais, as diretrizes educacionais que os países periféricos do sistema capitalista deveriam seguir, ou seja, a “nova” função da educação para o século XXI: formar para as competências do mundo do trabalho. Nesse sentido, defendem que a educação precisa ser reformada para acompanhar as mudanças tecnológicas da chamada sociedade do conhecimento, visando a formação de um “novo homem”, apto a adaptar-se às demandas de um mercado que está sempre a exigir novos conhecimentos, saberes evolutivos que mudam em uma velocidade vertiginosa. (GUEDES, 2009)

Na sociedade capitalista, a divisão do trabalho atingiu seu estágio mais desenvolvido, ou seja, a divisão técnica do trabalho, fato que contribuiu, por um lado, para o desenvolvimento universal das potencialidades do gênero humano, mas gerando, em contrapartida, também o desenvolvimento universal da alienação dos indivíduos, na medida em que nesta sociedade, além de ser expropriado do produto do seu trabalho, o indivíduo perdeu também a dimensão do processo do trabalho. Nesse sentido, na sociedade capitalista, o trabalho apresenta-se em um duplo sentido: ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento do processo histórico da humanização, contribui também para o desenvolvimento da alienação do indivíduo que é provocada pelo distanciamento deste do processo e do resultado do seu trabalho. (GUEDES, 2009).

Integrar as pessoas no meio social é uma tarefa difícil no mundo em que vivemos. É preciso formar seres humanos conscientes, preparados com objetivos definidos para que possam enfrentar as dificuldades, principalmente os menos favorecidos, os que habitam em bairros periféricos, convivendo no dia a dia com o medo e o perigo. Para que isso aconteça é necessário que a instituição escolar, as famílias sejam responsáveis e conscientize-os de seus direitos e deveres, capazes de formar cidadãos com dignidade humana. Existem hoje inúmeros artefatos culturais, negociações desenvolvidas, que aproximam ou afastam os mesmos de sua própria identidade.

Cabe a educação a tarefa de permitir as pessoas a apropriação dos conhecimentos, habilidades e valores necessários para se tornarem membros do gênero humano. Na sociedade capitalista onde é proclamada a igualdade natural. Acredita-se que a educação deveria propiciar a todos as pessoas a formação integral que já nos referimos, e quando isso não acontece as causa

dessa falta de sucesso não são buscadas na matriz da sociedade, que é o capital, mas em inúmeros outros fatores, como má administração, falta de recursos, desinteresses, entre outros. (TONET, 2010).

A escola, para Gramsci, deve necessariamente desenvolver os direitos e deveres como “elementos primordiais” de uma “nova” concepção do mundo. Em sua militância política, afirma Manacorda (1990, p. 183), Gramsci fez da atividade educativa um compromisso constante, por um lado, denunciando o caráter classista da escola (e de outras instituições educativas) que se reflete em seu esquema dualista: uma escola elementar e profissional para o povo e uma escola clássica para as classes dirigentes, conforme a divisão social; e, por outro, reconhecendo “a conformidade histórica entre a formação humanística e as exigências da formação do intelectual tradicional”.

A contradição do sistema capitalista se reflete na educação de modo que de um lado se proclama uma formação integral, livre, participativa, cidadã crítica para todas as pessoas. E por outro lado no seu movimento real a impossibilidade desta formação, pois a realidade de uma formação integral não pode ser efetiva dentro deste sistema.

Nesse sentido, a educação crítica refere-se à educação que está orientada, através da prática, para o desvelamento das contradições nas relações sociais de produção capitalistas, a divisão do trabalho em manual e intelectual e, conseqüentemente, a divisão da educação em prática-manual e teórico-intelectual, e para a construção de uma sociedade socialista em que a ação do sujeito (e não a do cidadão da “polis” nas sociedades capitalistas: diga-se consumidor) volta-se para o questionamento e a transformação das relações sociais. Portanto, uma educação pautada nos princípios do materialismo histórico e dialético.

Com o desenvolvimento econômico, a crescente exclusão social nas sociedades capitalistas e os frequentes ataques à democracia, a manutenção da sociedade democrática passa a necessitar de uma reconstrução e atualização do próprio liberalismo frente aos novos desafios. A democracia, segundo o autor, “tem sido uma fé combativa. Não é possível que, agora, quando seus ideais se veem reforçados pelos do método científico e da inteligência experimental se sinta a democracia incapaz de despertar ardor e espírito de disciplina e organização” (DEWEY, 1970).

A educação é um poderoso instrumento para formação das pessoas. Mas nas sociedades de classe ela é organizada de maneira a servir a reprodução dos interesses da classe dominante. Na sociedade capitalista isto é ainda mais forte, por que as aparências indicam que uma formação

de boa qualidade é acessível a todos, enquanto a essência evidencia que tanto o acesso universal quanto a qualidade não passam de uma fantasia.

O modelo comportamental de aprendizagem continua trazendo consigo uma filosofia bastante nociva ao pensamento pós contemporâneo: o aluno não sabe nada; o professor sabe tudo; o aluno é preenchido pelo conhecimento do professor; aprender é um movimento de fora para dentro do indivíduo. Essa prática é alimentada e reforçada por uma sociedade que está no meio do caminho no percurso entre o discurso e a prática. (SANTOS, 2008)

Há diferença entre a educação não formal, “casual”, “natural”, “econômica, doméstica, política, legal e religiosa” que, apesar de voltada a motivos práticos, ajuda a “ampliar e aperfeiçoar a experiência”; e a educação formal, intencional, institucionalizada, voltada aos mais novos, cujo fim “é habilitá-los a participar da vida em comum”, assinala (DEWEY, 1979).

Entretanto, adverte que, na cultura adiantada, como o conhecimento se encontra “isolado” da experiência, ou seja, longe de sua aplicação prática como nas sociedades inferiores, os símbolos⁷⁴ presentes na educação formal podem torná-la “abstrata e livresca”, distanciando-a dos “interesses permanentes da sociedade”. (DEWEY, 1979).

Ao abordar o papel da escola no desenvolvimento das pessoas, não podemos deixar de considerar a forte influência do professor na vida das crianças. É importante considerar a relação professor – aluno, em que as características pessoais do professor, assim como a sua autoestima, influem no comportamento do aluno, promovendo em seus alunos comportamentos cooperativos e com propensão a desenvolver estratégias de solução de problemas.(MEIRELES, 2010)

Importante ressaltar que o preconceito dos professores, assim como suas habilidades sociais, podem interferir na relação de competência social e acadêmica da criança. Ao focar a humanização no contexto escolar, não podemos deixar de considerar o papel do professor na construção e manutenção de habilidades sociais do aluno e a aquisição de hábitos e comportamentos que facilitam as relações interpessoais tanto na escola quanto na família. (MEIRELES, 2010)

As escolas são ambientes ideais para o ensino de uma conduta social de qualidade. O professor encontra no ambiente escolar um campo favorável, não só para o ensino e aprendizagem de habilidades acadêmicas, mas também um espaço de interação mútua que possibilita levar o aluno a crescer, respeitar-se e respeitar os outros. O professor tem em suas

mãos a possibilidade de elaborar objetivos e procedimentos que tenham por meta melhorar ou promover competência social e as relações interpessoais do aluno. (MEIRELES, 2010)

As escolas já oferecem aos alunos debates como: seminários e congressos com intuito de encontrar possibilidades de compreender e superar as dificuldades vivenciadas na escola principalmente no ensino médio. Entre os atuais desafios enfrentados por professores, gestores pedagógicos e administrativos, pesquisadores de políticas públicas estão o auto índice de abandono escolar e de repetência o que repercute na garantia do direito ao conhecimento, à cultura e à formação integral das pessoas.

Vivemos em uma sociedade repleta de desigualdades, que revelam algum conflito entre a convivência das pessoas, podemos perceber na maneira de se vestir, de se relacionar, o tipo de material escolar causando um clima de preconceito. As desigualdades sociais e culturais têm trazido para dentro da escola sujeitos, que anteriormente eram considerados excluídos do processo de escolarização em todos os níveis de ensino demonstrando que não existe um tipo ideal de aluno, provocando uma repercussão negativa por parte dos professores, por não acreditar no potencial das pessoas causando um clima de incerteza quanto aos seus desejos, valores, sonhos e esperança em relação ao futuro.

O poder aquisitivo diante das exigências sociais leva as pessoas à inserção muito cedo no mercado de trabalho exigindo um maior esforço para conciliar trabalho e estudo, que exigem mais tempo de escolarização interferindo nas interações entre educadores e alunos, pois o tipo de interação que se estabelece entre eles é o fator condicionante para o tipo de relação pedagógica e de atividades que é possível aplicar para que o processo educativo se consolide de forma positiva.

Foi em Marx e outros pensadores da mesma vertente, que elaborou-se uma nova concepção de formação humana. A articulação entre espírito e matéria, objetividade e subjetividade, interioridade e exterioridade, foi a chave dessa nova concepção. O ponto de partida de Marx é que o trabalho não se define pela espiritualidade e sim pela práxis, ou seja, pela síntese entre objetividade e subjetividade, entre interioridade e exterioridade. Ou seja, não há exclusão entre estas categorias, mas sim, uma relação de determinação recíproca. (TONET, 2008)

A sociedade que pretenda uma educação para a formação dos indivíduos comprometidos com a construção de uma nova sociedade, precisa resgatar a teoria marxista, naquelas interpretações mais radicais e revolucionárias. Implica em desenvolver atividades que incentivem a participação nas lutas sociais, que estejam articuladas com a transformação da sociedade e não

apenas com a cidadania. Segundo Marx, as ideias só transformam a mente das pessoas, para transformar a realidade, é preciso muito mais, é preciso atitude, ousadia, iniciativa e ações práticas e concretas. (TONET, 2008)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há verdadeiramente um modelo de cidadão e, por conseguinte, também não existe um modelo de educação para a cidadania. Mas, apesar do pluralismo de ideias e de falta de consenso, existem entre os diversos autores algumas coincidências significativas, entre as quais se destaca a recusa de que o futuro do homem deve ser deixado ao acaso.

A educação pode desempenhar um papel regenerador de algumas práticas da sociedade, porque ela comporta, nas suas finalidades, uma perspectiva (re) criadora - o que pode aumentar a responsabilidade da escola e, assim, a necessidade de empenho de todos os agentes educativos.

A construção de uma sociedade e de uma educação, assim como a definição do papel do professor não implica apenas o desenvolvimento de uma ação que se explica por si mesma, desprovida de conteúdo ideológico, mas uma ação específica, em um contexto histórico, em relação a um objetivo ou a um fim que se pretende alcançar. Enfim, uma ação intencional e, portanto, essencialmente política.

Assim, considerando que a educação está voltada para um dado projeto de sociedade, a escola, como “aparelho de Estado”, reflete as contradições das relações sociais de produção; e o professor, enquanto “elemento do Estado”, participa ativamente, mesmo que de forma não consciente, desse processo educativo. Essas contradições que inviabilizam uma concepção do mundo, mais unitária e autônoma, também apontam para a necessidade de transformação da concepção e da prática pedagógica.

As instituições, como aparelhos de Estado, tendem a difundir valores que reproduzam e garantam a dominação e a direção hegemônica da classe dominante, entretanto, essas instituições, atravessadas pelas contradições, também podem possibilitar às classes dominadas a construção de uma nova concepção do mundo. Isso implica afirmá-las como espaço de correlação de forças.

Nesse sentido, a escola, mesmo em uma sociedade capitalista, pode fornecer elementos para a elaboração de uma nova concepção do mundo capaz de se opor à ideologia da classe dominante e, conseqüentemente, vir a ser um dos espaços de construção de um novo homem, de um novo intelectual orgânico, cuja função é a de organizador da classe trabalhadora, uma vez que os filhos dessa mesma classe têm retornado à escola agora como professor. Assim como os processos de apropriação crítica de uma cultura alienante podem vir a se constituir em processos de uma nova objetivação e de libertação humana e social.

As questões sociais estão atravessadas pela divisão de classe e pela concentração dos meios de produção nas mãos de poucos, enquanto a maioria da população debate-se para alcançar um “lugar ao sol”. Portanto, deslocar essa questão é optar por uma determinada concepção do mundo que minimiza a questão da pobreza, da marginalidade, da exclusão e a sua importância nas análises das demais questões sociais.

Diante do exposto, consideramos que lutar por uma educação escolar que possibilite ao indivíduo a apropriação do conhecimento historicamente acumulado é o desafio que temos que enfrentar diante da ofensiva do capital contra um dos direitos fundamentais da classe trabalhadora: o direito à educação escolar. Não se trata de uma tarefa fácil, mas não podemos sucumbir diante da ideologia neoliberal que defende o mercado como regulador das relações sociais e da ideologia pós-moderna que, com base na análise da aparência dos fenômenos, decreta o fim da história e o fim da razão como possibilidade da emancipação humana. A materialização dessas ideologias se expressa em medidas paliativas para solucionar os problemas da educação brasileira. Tais medidas, sob o manto da equidade, em nome do respeito às diferenças, contribuem para a fragmentação da consciência de classe e, por consequência, para a naturalização das relações sociais capitalistas.

Enfim, vivemos um momento em que se aprofundam a desigualdade e a miséria social, no qual, a maioria dos indivíduos está submetida a um intenso processo de desumanização e cada vez mais distante da possibilidade de apropriação da riqueza material e intelectual produzida pela humanidade. Nesse contexto histórico, a educação, de atividade humana mediadora do processo de formação do indivíduo se constituiu na grande arma do capital contra a humanidade. Contudo, a realidade é contraditória e é na esteira das contradições que temos que encontrar espaços e nos posicionarmos em favor da liberdade humana.

Em contrapartida, no pensamento de Marx para haver a possibilidade da emancipação humana é necessária uma mudança tanto na forma de pensar como nas práticas dos homens. Esse processo está estreitamente ligado a superação do estranhamento do homem, à luta de classes e, principalmente, à liberdade. Desse modo, podemos afirmar que a emancipação está relacionada ao desejo da instauração de um novo modelo social que supere o sistema do Capital.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. A. (org.) *Da escola corrente à escola possível*. São Paulo: Loyola, 1987.

BAPTISTA, Maria das Graças Almeida. **A concepção do professor sobre sua função social: das práticas idealistas a possibilidade de uma ação crítica**. João Pessoa – UFPB, 2008.

CELLARD, A. **A análise documental**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CANIELLES, Ariela dos Santos. OLIVERIA, Avelino da Rosa. **A emancipação Humana: Uma abordagem a partir de Kal Marx**. V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo. UFSC, 2011.

CAVALCANTE, Lana de Souza, *Cotidiano mediação pedagógica e Formação de conceitos: Uma contribuição de Vygostskj ao ensino de geografia*. São Paulo Edusp. 2005

CAVALCANTE, Lana de Souza, **A geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativos**. São Paulo Edusp. 2010.

DEWEY, John. **Democracia e educação**: introdução à filosofia da educação. Tradução de Godofredo Rangel; Anísio Teixeira. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. 416 p.

_____. Liberalismo e Ação Social. In: **Liberalismo, liberdade e cultura**. Tradução de Anísio Teixeira. São Paulo: Ed. Nacional, 1970a. p. 15-94. (Cultura, Sociedade e Educação, v. 11).

FREIRE, P. **Alfabetização como elemento de formação da cidadania**. In: ____ Política e Educação. São Paulo: Cortez, 1993.

GUEDES, Maria Denise. **Educação e Formação Humana: a contribuição do pensamento de Marx para a análise da função da educação na sociedade capitalista contemporânea**, UNICAMP- São Paulo, 2009.

LUKÁCS, Georg. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem**. Revista Temas, São Paulo, v. 1, p. 1-18, 1979.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci**. Tradução de William Lagos. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1990. 288p.

MARRIEL, Lucimar Camara; *et al* . **Violência escolar e auto-estima de adolescentes**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 36, p. 35-50, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br>, acesso em 02 de set. de 2013.

MEIRELES, E.N. **Relação:professor-aluno-mundo**. São Paulo, Vozes, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Contribuições da pesquisa qualitativa para a pesquisa e a atenção à saúde**. Apresentação em Power point. 2011.

MARX, Karl. **A questão judaica**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 11ª ed., São Paulo: Hucitec, 1999.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental/ Marcos Reigota – 2. Ed. Revista e ampliada – São Paulo: Brasiliense, 2009. – (Coleção primeiros passos; 292).**

SANTOS, M. A. **As “desaprendizagens” do professor**. São Paulo : Brasiliense. 2008

SANTOMÉ, Jurjo torres. **As culturas negadas e silenciadas no currículo**. In SILVA, T.T. da. (org.) *Alienígenas da sala de aula*. São Paulo, 1995.

PINHO, Maria Teresa Buonomo. **IDEOLOGIA, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA EM MARX, LUKÁCS E MÉSZÁROS**. V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo. UFF, 2011.

SILVA, Maria Emília Pereira da. **A função docente: perspectivas na nova sociabilidade do capital**. EMFM, São Paulo, 2010.

TONET, Ivo. **Educação Cidadania e Emancipação Humana**. Maceio- AL, 2010.

TONET, Ivo. **Educação e formação humana**. Artigo. IN: **Marxismo, educação e luta de classes**. JIMENEZ, Susana e outros (orgs). Fortaleza: UECE/IMO/SINTSEF, 2008. Disponível em: <http://www.ivotonet.xpg.com.br/>